

Ubá, 16 de janeiro de 2025.

Adendo nº 2/FEAM/URA ZM - CAT

Processo Nº 1370.01.0007472/2022-89

Adendo Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
SLA Nº: 4524/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Reinaldo Elias Fernandes	CPF:	079.021.457-18
EMPREENDIMENTO:	Reinaldo Elias Fernandes	CPF:	079.021.457-18
MUNICÍPIO:	Ervália	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"> Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas. Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas. Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio 			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	Suinocultura	2	1
G-02-12-7	Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede	NP	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Frederico Santos de Moura		CREA MG:1408138948 ART: MG 20210216616	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Adhemar Ventura de Lima- Analista Ambiental Julita Guglisnki Siqueira - Gestora Ambiental de Formação Jurídica		1.179.112-6 1.395.987-9	
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente – Coordenadora de Análise Técnica Raiane da Silva Ribeiro - Coordenadora de Controle Processual		1.097.369-1 1.576.087-9	



Documento assinado eletronicamente por **Adhemar Ventura de Lima, Servidor(a) Público(a)**, em 16/01/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Ferraz Vicente, Coordenadora**, em 16/01/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raiane da Silva Ribeiro, Coordenadora**, em 16/01/2025, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julita Guglinski Siqueira, Servidor(a) Público(a)**, em 16/01/2025, às 21:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **105621626** e o código CRC **167F04C8**.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM
Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata

Adendo Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
SLA Nº: 4524/2021		SITUAÇÃO: sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR: Reinaldo Elias Fernandes		CPF: 079.021.457-18	
EMPREENDIMENTO: Reinaldo Elias Fernandes		CPF: 079.021.457-18	
MUNICÍPIO: Ervália		ZONA: Rural	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas.Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-6	Suinocultura.	2	
G-02-12-7	Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede	NP	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Frederico Santos de Moura		REGISTRO: CREA MG:1408138948 ART: MG 20210216616	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Adhemar Ventura de Lima- Analista Ambiental		1.179.112-6	
Julita Guglinski Siqueira - Gestora Ambiental de Formação Jurídica		1.395.987-9	
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente – Coordenadora de Análise Técnica		1.097.369-1	
De acordo: Raiane da Silva Ribeiro - Coordenadora de Controle Processual		1.576.087-9	



Em 23/08/2021, foi formalizado, na Supram Zona da Mata, o processo via SLA de licenciamento ambiental simplificado, acompanhado de Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

O empreendedor Reinaldo Elias Fernandes tem como atividade principal a atividade de suinocultura para 1999 (mil novecentos e noventa e nove) cabeças, classe 2, que conjugada com o critério locacional 1, o que justifica a adoção do procedimento simplificado. Além disto, desenvolve a atividade Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede. A área da propriedade é de 18,10 hectares com área construída de 0,69 hectares, localizada no município de Ervália.

Foi apresentado, apenso aos autos do RAS, um estudo que atividade a ser implantada não afetará a Reserva da Biosfera, que o empreendimento possuirá medidas mitigadoras a fim de minimizar os impactos inerentes da atividade. Segundo consta no IDESISSEMA, o empreendimento está localizado na zona de amortecimento do Parque do Brigadeiro e em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. Com relação a ocorrência de cavidades foi apresentado estudo para ambos os critérios locacionais informando que a atividade não causará impacto nestas áreas. Já em relação a localização em área de amortecimento, foi encaminhado ofício ao órgão gestor do Parque Estadual Serra do Brigadeiro (IEF) dando ciência a existência do empreendimento, conforme Artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.941, de 07/05/2020. Também foi apresentado o estudo por parte empreendedor informando que haverá nenhuma interferência negativa da atividade sobre a área em estudo que está inserida na UC de proteção integral do Parque Serra do Brigadeiro.

Em 16/02/2021 foi inserida decisão no Sistema de Licenciamento Ambiental – SLA gerando o CERTIFICADO de Licença Ambiental Simplificada Nº 4524.

Considerando que na data de 08/07/2024 foi realizada uma Fiscalização pelo NUCAM/ZM (94306322), tendo como motivação o acompanhamento das condicionantes vigentes na licença Simplificada;

Considerando que no momento da fiscalização, realizada às 13:00 horas, aproximadamente, do dia 08/07/2024, não havia nenhum responsável na propriedade e, aparentemente, a atividade de suinocultura não estava sendo executada. Não foi possível o acesso ao interior da propriedade, principalmente nos locais previstos para a instalação das lagoas de estabilização e das estruturas para criação de suíno (galpões), conforme informado nos estudos do RAS.

Em consulta ao Sistema de Fiscalização e Lavratura Digital de Autos de Infração (Sisfai), na data de 13/06/2023, foi verificado que a propriedade pertencente ao Sr. Reinaldo Elias Fernandes, foi fiscalizada pela SEMAD e autuada pela ela equipe da CFISC/ZM – Coordenação de Fiscalização e Gestão de Denúncia da Zona da Mata onde foram lavrados o Auto de Fiscalização n. 236193/2023 e nº 327027/2023.

A equipe de fiscalização constatou que a atividade de suinocultura, licenciada por meio do Certificado de LAS – RAS nº 4524/2021, “*nunca entrou em operação*”. Sendo assim, para verificar o status atual do empreendimento, foi solicitado, via Ofício FEAM/URA ZM - CAT



NUCAM nº. 19/2024 (SEI 93136641), que fosse informada a data de início da operação da atividade de suinocultura, e que fosse apresentado um relatório consolidado do cumprimento das condicionantes previstas no Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM MATA-DRRA nº. 19/2022 (SEI 42344829).

Em resposta (SEI 93331823), o empreendedor informa que *“ainda não foi iniciado a operação, as obras ainda não foram finalizadas, como é possível verificar através das imagens de satélites no ponto 20°48'47.67” S; 42°36'47.09”O (atualizada na data de 06/04/2024)”*. Consequentemente, não foram executadas as determinações postas nos Anexos I e II do referido Parecer Técnico.

Considerando que a condicionante 02 foi estabelecida levando em consideração o Cronograma de implantação apresentado pelo próprio empreendedor, o qual estabelecia como prazo final para a conclusão da instalação o mês de fevereiro de 2022 com recepção dos suínos em março de 2022;

Considerando o Despacho 37 (94764862), onde recomenda-se que seja realizado alteração no texto da condicionante nº 02, diante do prazo legal de seis anos para a conclusão da instalação do empreendimento, em cumprimento ao Artigo 15 do Decreto 47.383/2018:

“Art. 15 – As licenças ambientais serão outorgadas com os seguintes prazos de validade:

I – LP: cinco anos;

II – LI: seis anos;

III – LP e LI concomitantes: seis anos;

IV – LAS, LO e licenças concomitantes à LO: dez anos.

§ 1º – No caso de LI concomitante a LO, a instalação do empreendimento deverá ser concluída no prazo previsto no inciso II, sob pena de cassação da licença concomitante.

§ 2º – Comprovado o caso fortuito ou a força maior, o órgão ambiental poderá suspender, por solicitação do empreendedor, o prazo de validade das licenças prévia e de instalação, após a análise dos fatos apresentados.

§ 3º – O empreendedor poderá solicitar ao órgão ambiental competente a suspensão do prazo de validade das licenças prévia e de instalação quando for comprovada, pela Administração Pública direta ou indireta, a impossibilidade orçamentária para a execução de empreendimento de utilidade pública ou interesse social”.

Considerando o texto da condicionante 02 do referido parecer: " Comunicar a SUPRAM ZM o início da operação do empreendimento de acordo com cronograma de execução apresentado". Prazo: 30 dias antes do início da operação.

Considerando que o órgão ambiental pode, excepcionalmente, encaminhar à autoridade responsável pela concessão da licença solicitação de alteração e/ou inclusão de condicionantes inicialmente fixadas, observados os critérios técnicos e desde que devidamente justificado, nos termos do Artigo 30 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, que assim estabelece:



“Art. 30 - Excepcionalmente, o órgão ambiental poderá encaminhar à autoridade responsável pela concessão da licença solicitação de alteração ou inclusão das condicionantes inicialmente fixadas, observados os critérios técnicos e desde que devidamente justificado.”

Considerando a competência atribuída ao Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, pela Lei 24.313/2023, sugerimos, por autotutela, a alteração da condicionante nº 02 do Certificado de Licença Simplificada nº 4524, bem como a inclusão de uma nova condicionante (nº 04), nos seguintes termos:

Condicionante 02: Apresentar a comprovação do término da instalação do empreendimento, por meio de relatório técnico descritivo e fotográfico, bem como da efetiva implantação dos sistemas de controle ambiental propostos nos estudos que subsidiaram deferimento da Licença Ambiental. Obs.: A instalação do empreendimento deverá ser concluída, impreterivelmente, no prazo máximo de 6 (seis) anos, sob pena de revogação da licença. Prazo: 30 dias após conclusão da instalação.

Condicionante 04: Comunicar a URA/ZM o início da fase de operação do empreendimento: Prazo: 30 dias após o início da fase de operação.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendedor “Reinaldo Elias Fernandes”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença.
02	Apresentar a comprovação do término da instalação do empreendimento, por meio de relatório técnico descritivo e fotográfico, bem como da efetiva implantação dos sistemas de controle ambiental apresentados. Obs.: A instalação do empreendimento deverá ser concluída, impreterivelmente, no prazo máximo de 6 (seis) anos, sob pena de revogação da licença	30 dias após conclusão da instalação.
03	Promover a gestão de resíduos sólidos de forma ambientalmente adequada, observando a forma de acondicionamento ou armazenamento, ainda que temporário, conforme estabelecido em Normas Técnicas ABNT/NBR pertinentes, garantindo o transporte e destinação final em acordo com a ABNT/NBR 10.004 e Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei 18.031/2009, bem como mantendo em sua posse as notas de destinação final, para fins de apresentação em ações fiscalizatórias.	Durante a vigência da licença
04	Comunicar a URA/ZM o início da fase de operação do empreendimento.	30 dias após o início da fase de operação

*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado. **IMPORTANTE**

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA-ZM, face ao desempenho apresentado. Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada empreendedor “Reinaldo Elias Fernandes”

1. Efluentes Líquidos da suinocultura.

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do sistema de tratamento de efluente suinocultura	pH, DBO, DQO, OD, sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, sólidos dissolvidos, nitrogênio total, nitrogênio amoniacal, fósforo total, potássio, zinco, óleos vegetais e graxas, Cobre	Semestral

- (1) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada: antes da entrada da lagoa de tratamento (efluente bruto).
Saída: saída da lagoa.

Relatórios: Enviar **anualmente** à URA/ZM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à URA/ZM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)



3. Solo

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Áreas fertirrigadas, nas profundidades (cm): 0-20, 20-40.	N, P, K, Ca, Mg, Na, CTC, S, Al, Matéria Orgânica, Ph, Saturação de bases, Cu e Zn.	Semestral (sendo uma campanha no período seco e outra no período das águas)

Relatórios: Enviar anualmente a URA-ZM os resultados das análises efetuadas no solo. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM nº 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, bem como a medida mitigadora adotada.

Método de amostragem: Normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency*